

NOTA PÚBLICA DO FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO
Contra as medidas predatórias ao direito ao meio ambiente saudável e à
educação pública de qualidade

O Fórum Nacional de Educação (FNE), espaço permanente de interlocução entre a sociedade civil e o Estado brasileiro, criado pela Portaria nº 1.407 do Ministério da Educação, de 14 de dezembro de 2010, instituído por lei no âmbito do Plano Nacional de Educação (PNE) como uma das instâncias de monitoramento e avaliação da execução das metas do PNE, manifesta seu profundo repúdio e preocupação com as medidas predatórias ao direito ao meio ambiente saudável e à educação pública de qualidade, aprovadas pela Câmara dos Deputados, na madrugada desta quinta-feira (17 de julho).

A aprovação do projeto de lei que flexibiliza as regras gerais do licenciamento ambiental, juntamente com outro projeto que libera R\$ 30 bilhões do Fundo Social do Pré-Sal — originalmente destinados à educação, à saúde e ao meio ambiente — para o refinanciamento de dívidas de produtores rurais, representa um gravíssimo retrocesso. Tais medidas colocam em risco o futuro comum e seguro da atual e das futuras gerações.

Trata-se de um ataque direto aos direitos sociais garantidos pela Constituição Federal, que asseguram o acesso a um meio ambiente ecologicamente equilibrado e a uma educação pública universal, de qualidade e com financiamento estável e suficiente. Direitos esses reafirmados como essenciais pela CONAE/2024, no contexto da construção do novo Plano Nacional de Educação (PNE).

A aprovação desses dois projetos, ocorrida às pressas, no apagar das luzes antes do recesso parlamentar e em claro movimento de retaliação ao veto presidencial que impediu a ampliação do número de parlamentares na Câmara, revela motivações espúrias, interesses pessoais e a instrumentalização do Congresso Nacional em favor de grupos econômicos, em detrimento do interesse público.

O projeto que flexibiliza o licenciamento ambiental configura, na prática, uma autorização legal para a devastação ambiental. Introduz mecanismos extremamente preocupantes, como a Licença por Adesão e Compromisso (LAC) — um modelo simplificado de licenciamento que dispensa estudos de impacto ambiental. Isso permite que empreendimentos sejam iniciados sem a devida análise e fiscalização prévias, enfraquecendo o controle ambiental e gerando riscos especialmente sobre territórios indígenas, áreas quilombolas, bens culturais tombados e unidades de conservação.

Outro ponto alarmante no projeto de lei é a criação da Licença Ambiental Especial (LAE), que poderá ser concedida inclusive a empreendimentos com alto potencial de degradação ambiental, como barragens de mineração, obras de duplicação de rodovias e instalação de linhas de transmissão em faixas de domínio.

A possibilidade de renovação automática das licenças ambientais — mediante simples

declaração online do empreendedor — institucionaliza a impunidade. Esse mecanismo, aliado ao enfraquecimento das exigências legais e à restrição da atuação de órgãos fiscalizadores como a FUNAI e o IBAMA, compromete gravemente a proteção ambiental no país.

O que foi aprovado não é progresso, tampouco modernização. É a legalização da destruição ambiental e da desresponsabilização do Estado em relação a direitos sociais fundamentais.

Diante disso, o Fórum Nacional de Educação apela ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva: vete integralmente esses dois projetos de lei. Não permita que o Brasil assista, passivamente, a um ataque predatório e sem precedentes aos direitos humanos, sociais e ambientais — pilares indispensáveis à construção de um país justo, democrático e sustentável.

Brasília, 18 de julho de 2025
FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO